Fonseca, lhe havia sido lançada; e, em justificação do seu pedido, alegou;

— que, tendo habitado o 1.º andar esquerdo do prédio n.º 24 da Rua de Rodrigo da Fonseca, no 1.º semestre de 1912, mudou de casa no fim desse semestre, habitando no 2.º semestre o 1.º andar do prédio n.º 215 da Avenida da Liberdade;

— que pagou a contribuição devida por haver habitado este 1.º andar da Avenida da Liberdade. Foi ouvido o secretário de finanças do 3.º bairro, cujos officios de 31 de Março, de 28 de Abril e de 24 de Maio de 1913, com as informações oficiais de fl. 19, confirmaram as alegações do recorrente. O inspector de finanças e o auditor junto do respectivo Ministério são contrários ao provimento do recurso, e, na mesma orientação, foi proferido o acórdão do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, de 11 de Julho de 1913, de que vem o presente recurso.

O que tudo visto e ponderado, ouvido o Ministério Público:

Considerando que o tribunal é competente, as partes são legítimas e os próprios que estão em juízo;

Considerando que o recorrente António Caldas tomou de arrendamento, desde Fevereiro a Julho, inclusive, de 1912, o 1.º andar esquerdo do prédio n.º 24 da Rua de Rodrigo da Fonseca, e, no 2.º semestre desse mesmo ano, de Julho, inclusive, a Dezembro, o 1.º andar do prédio n.º 215 da Avenida da Liberdade; e, por isso, podendo reclamar a colecta que lhe foi lançada por haver arrendado no 2.º semestre de 1912 o referido 1.º andar esquerdo do prédio sito na Rua de Rodrigo da Fonseca, nos termos dos artigos 38.º e 39.º, n.º 5.º, do regulamento de 2 de Novembro de 1899, não podia recorrer extraordinariamente dessa colecta pois que, na verdade, embora o não habitasse, teve esse 1.º andar arrendado no mês de Julho de 1912 (regulamento citado de 1899, artigo 39.º, n.º 5.º, artigo 10.º), e, por isso, foi colectado com fundamento legal (regulamento citado artigo 50.º, n.º 2.º):

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, e conformando-me com a presente consulta, negar provimento no recurso.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 13 de Fevereiro de 1915. — *Manuel de Arriaga — Herculano Jorge Galhardo.*

DECRETO N.º 1:334

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acerca do recurso n.º 14:841, em que é recorrente a firma comercial Henrique & Ventura, de Coimbra, recorrido o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, e relator, o vogal efectivo, Dr. Manuel Pais de Vilas Boas:

A firma comercial Henrique & Ventura, com estabelecimento na Rua da Moeda, 74-80, da cidade de Coimbra, reclamou em recurso extraordinário, para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, contra a sua inscrição na matriz da contribuição industrial do concelho de Coimbra, relativo ao ano de 1912, pela verba n.º 86, tabela B, anexa ao regulamento de 16 de Julho de 1896, «Bolacha de qualquer qualidade (fábrica de) com motor a vapor ou água», que, em seu entender, deve ser substituída pela da verba n.º 85 «Bolacha (fabricante de), sem maquinismo a vapor ou água, com cinco operários», acrescida de 25 por cento da verba n.º 319 da referida tabela, com relação ao motor a gás, conforme o parecer da repartição técnica, documento de fl. . . . ;

O inspector de finanças do districto de Coimbra, na sua informação de fl. 11 e 12, diz que a firma recor-

rente tinha sido inscrita na matriz de 1912, pela verba n.º 86, em vista do parecer da comissão técnica (documento de fl. . . .), e por analogia com a colecta lançada a uma outra fábrica em idênticas circunstâncias; que havendo fundamento para ser colectada, devia ter examinado a matriz, quando estava em reclamação, mas que em vista do resultado da inspecção feita à fábrica, em Julho de 1913 (documento de fl. . . .), lhe parecia de justiça o deferimento do pedido.

O juiz auditor, junto do Ministério das Finanças, foi de parecer: que, versando o recurso sobre injusta classificação de indústria, devia a firma recorrente ter reclamado, nos termos do artigo 106.º do regulamento de 16 de Julho de 1896; que não tendo feito essa reclamação, e havendo sido colectada com fundamento, devia ter presumido a sua inscrição na matriz, não podendo, por isso, usar do recurso extraordinário.

O Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, por seu acórdão de 12 de Setembro de 1913, não tomou conhecimento do recurso por falta de competência legal, porque, tratando-se de injusta classificação de indústria, é o assunto objecto de recurso extraordinário.

Deste acórdão vem o presente recurso.

O que visto, o mais dos autos, ouvido o Ministério Público, sendo as partes legítimas e o recurso interposto em tempo:

Considerando que a firma recorrente foi colectada em contribuição industrial, com fundamento legal, no ano de 1912, como ella própria reconhece, pedindo a substituição da verba n.º 86, pelas de n.ºs 85 e 319 da tabela n.º 2, anexa ao regulamento de 16 de Julho de 1896; e, portanto, não podia recorrer extraordinariamente para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, como dispõe o artigo 219.º, n.º 2.º, e Código da Contribuição Industrial de 5 de Junho de 1913, artigo 231.º, n.º 2.º:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, e conformando-me com a referida consulta, negar provimento no recurso, confirmando o acórdão recorrido.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 13 de Fevereiro de 1915. — *Manuel de Arriaga — Herculano Jorge Galhardo.*

DECRETO N.º 1:335

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acerca do processo n.º 14:937, em que é recorrente José Sanches e recorrido o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos:

Mostra-se:

Que José Sanches recorreu extraordinariamente para o Conselho recorrido, reclamando a anulação da contribuição industrial que lhe foi lançada nos anos de 1903 a 1909 pelo exercício da indústria de mercador de cereais ou agente volante (tabela B, classe 8.ª do regulamento da contribuição industrial de 16 de Julho de 1896), alegando que tais colectas não tinham fundamento, porquanto nunca exerceu a aludida indústria, embora pertença a uma firma que, para os fins do seu comércio, venda de gado suíno, etc., careça de comprar milho, mas sendo certo que esta paga a contribuição devida por tal facto;

Que o Conselho recorrido, sobre a informação do inspector de finanças, em que se verificava ser menos exacto o alegado pelo recorrente, pois que, pela informação official, se provava ter exercido a indústria de agente volante e pago as colectas respectivas, o desatendeu em seu acórdão de 9 de Junho de 1914, donde vem o presente recurso.

O que tudo visto e ponderado, depois de ouvido o Ministério Público:

Considerando que as partes são legítimas e as próprias, o processo o competente e em tempo;

Considerando que, pela informação oficial de fl. . . . , que não pode ser ilidida por afirmações destituídas de prova e por documentos de natureza meramente graciosa, se demonstra que o recorrente exerceu a indústria por que foi colectado;

Considerando que, tanto isto corresponde à verdade dos factos, que o recorrente não protestou nem reclamou contra o lançamento da contribuição que lhe foi imposta nos anos de 1903 a 1907;

Considerando ainda que sómente lançou mão dos meios que a lei lhe facultava para anular as supostas colectas sem fundamento e respeitantes aos anos de 1908 e 1909, sendo desatendido pelo Conselho recorrido;

Considerando, consequentemente, que com fundamento bem colectado foi o recorrente;

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, e conformando-me com a presente consulta, negar provimento no recurso e confirmar para todos os efeitos o acórdão recorrido.

O Ministro das Finanças, assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 13 de Fevereiro de 1915.— *Manuel de Arriaga — Herculano Jorge Galhardo.*

DECRETO N.º 1:336

Sendo-me presente a Consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acêrca do recurso n.º 14:969, relatado pelo vogal efectivo Dr. Alberto Cardoso de Meneses, e oportunamente interposto por Francisco de Oliveira e Sousa Pombeiro, do acórdão do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, de 21 de Julho de 1914, que negou provimento ao recurso do mesmo recorrente contra o despacho do secretário de finanças do 2.º bairro do Pôrto, em processo de transgressão do selo de anúncios de medicamentos; e mandou rectificar êsse despacho, fixando em quantias superiores o imposto e multa nele designados:

Mostra-se que no acto inicial de 18 de Fevereiro de 1914 foi o recorrente arguido de ter um anúncio de «Purgina», pintado em vidro, no frontespício da farmácia Pombeiro, Rua da Cedofeita, n.º 660, Pôrto, dizendo: «Purgina, pequenas pastilhas doces, Farmácia Pombeiro, 11, Cedofeita, Pôrto», etc.; e mais dois anúncios, em chapa, colocados dentro daquela mesma farmácia, dos quais se apreendeu um, dizendo: «Purgina, etc., depositário Farmácia Pombeiro, 11, Rua Cedofeita, Pôrto», apresentando ao lado, em relêvo, um *fac-simile* da caixa das pastilhas anunciadas, com indicação da Farmácia Pombeiro, 11, Rua da Cedofeita, 15, Pôrto; e ainda quatro anúncios, também iguais, pregados nas portas da Drogaria Tiago da Costa & C.ª, Rua de S. João, 33, e outro igual a estes últimos colocado dentro da Drogaria de Avelino de Oliveira & C.ª, Rua da Cedofeita, 105 a 107, todos desacompanhados do selo de estampilha do n.º 39 da tabela de 24 de Maio de 1902;

Perante o secretário de finanças alegou o recorrente que as chapas constituíam anúncio da «Purgina» vendida nos lugares onde se encontraram, e não da farmácia designada no *fac-simile* da caixa, como garantia da genuinidade do produto, e em tipo tam miúdo que passava despercebido o nome dela; além de que as quatro chapas da Drogaria Tiago estavam tam enferrujadas que não podia ler-se, a da Drogaria Avelino pouco tempo fôra exposta, porque a casa fechara durante alguns meses, e a da farmácia filial Pombeiro, Cedofeita, 660, achavam-se, não pregadas, mas colocadas ora sôbre uma prateleira que antecedia o balcão, ora no laboratório;

No acto do julgamento declarou o autuante que renun-

ciava ao recurso, sujeitando-se à sentença que fôsse proferida, e apresentou o recorrente seis chapas semelhantes à apreendida pelo autuante, e junta ao processo, salvo nas palavras «depositário, farmácia Pombeiro, 11, Rua da Cedofeita, Pôrto», substituídas pelas seguintes «vende-se aqui», afirmando serem deste último modelo as chapas encontradas nas drogarias, e uma na filial da Rua da Cedofeita, 660, não estando a outra exposta ao público;

Não reconheceram, autuante e testemunhas, as últimas seis chapas como as propinas indicadas no auto, e o secretário de finanças, considerando provada a afixação de cinco anúncios, sem selo, um na vidraça da filial, e quatro na drogaria Tiago, julgou subsistente a transgressão, nessa parte sómente;

Impugnou o recorrente o julgado, alegando em recurso para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos que não houvera motivo de condenação, porque as duas farmácias constituíam um só estabelecimento, onde não devia selo o anúncio dos próprios produtos, que as seis chapas apresentadas não continham anúncio, e se divergiam das mencionadas no auto, cumpria ao autuante apreender essas outras, sob pena de nulidade do processo, por falta de base, e não se fizera prova do tempo de expropriação dos anúncios, no auto inicial calculado em um ano, e pelo recorrente reduzido a menos de quatro meses;

O Conselho, atendendo a que embora haja diferença entre as placas, todas elas fazem referência ao estabelecimento da Rua da Cedofeita, 11, umas com *fac-simile* da caixa usada na venda do produto, outras em caracteres de maior formato, e a que oito são com efeito os anúncios referidos no auto, achando-se expostos um há três meses, e os restantes há um ano, negou provimento no recurso, e mandou rectificar o despacho recorrido, fixando em 17\$40 de selo, e 34\$80 de multa, a condenação que por êsse despacho fôra respectivamente de 9\$60 e 19\$20;

Dêste agravoamento se queixa o recorrente no presente recurso, defendendo a isenção do selo, nos anúncios da filial, por esta formar uma entidade jurídica com a farmácia principal; nas placas ali encontradas, e na drogaria Avelino, por não estarem afixados; e nas placas da drogaria Tiago, por nenhuma referência directa fazerem à farmácia do n.º 11, Rua de Cedofeita;

Tendo ponderado, depois de ouvidos o Conselho e o Ministério Público:

Considerando que o auto inicial do processo e a chapa apreendida denotam a existência do anúncio da Purgina e da farmácia Pombeiro, 11, Rua da Cedofeita, fora do local desta farmácia, e sem aposição do competente selo; não isentando do imposto nem a condição de filial na farmácia anunciadora, conforme se decidiu por decretos sob consulta do Tribunal de 22 de Junho de 1912, no *Diário do Governo* n.º 142, e 11 de Março de 1914, no *Diário do Governo* n.º 37, 1.ª série, nem a forma do anúncio em *fac-simile* da caixa do produto anunciado, porque ficou sem prova a igualdade alegada pelo recorrente, e negada por autuante e testemunhas das placas afixadas e indicadas no auto, com as placas apresentadas pelo mesmo recorrente;

Considerando que interposto sem restrições o recurso do despacho do secretário de finanças para o Conselho, ficou *sub-judice* toda a matéria do mesmo despacho, não obstante a prévia declaração de conformidade do autuante; e assim bem podia o Conselho ampliar a condenação, referindo-a a todos os oito anúncios mencionados no acto inicial, se a respeito de todos achasse prova de infracção;

Considerando que efectivamente essa prova resulta do texto do auto inicial e dos depoimentos das testemunhas que o confirmam, com prejuízo das alegações em contrário produzidas pelo recorrente, que ficarem sem valor,